



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre:

A **Entidade Reguladora da Saúde**, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 507 021 266, e sede na Rua S. João de Brito, n.º 621 Lote 32, 4100-455 Porto, representada pela Senhora Professora Doutora Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o ato

E

A **C.E.U. – Cooperativa de Ensino Universitário, C.R.L.**, com o número de pessoa coletiva 501641238, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa e autorizada pelo Despacho Ministerial n.º 8294/97 de 29 de setembro, à criação de um centro de arbitragem institucionalizado com a denominação de Centro de Arbitragem da Universidade Autónoma de Lisboa, neste protocolo designado abreviadamente por CAUAL, com sede na Rua de Santa Marta, 56, em Lisboa, representada pelo Senhor Professor Doutor António de Lencastre Bernardo, na qualidade de Presidente da Direção e pelo Senhor Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida, na qualidade de Diretor, com poderes para o ato.

Considerando que:

- A. A **Entidade Reguladora da Saúde**, adiante designada abreviadamente por ERS, é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio que, nos termos previstos



9

2

nos seus Estatutos aprovados pelo Decreto-lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, tem por missão a regulação da atividade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, compreendendo as suas atribuições a supervisão da atividade e funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde no que respeita ao cumprimento dos requisitos de exercício da atividade e de funcionamento, incluindo o licenciamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde nos termos da lei, a garantia dos direitos relativos ao acesso aos cuidados de saúde, à prestação de cuidados de saúde de qualidade, bem como dos demais direitos dos utentes e a legalidade e transparência das relações económicas entre os diversos operadores, entidades financiadoras e utentes.

- B. No exercício da sua atividade, compete à ERS, nos termos do n.º 1 do artigo 28.º dos seus Estatutos, intervir na mediação ou conciliação de conflitos entre estabelecimentos do SNS ou entre os mesmos e prestadores do setor privado e social ou ainda no âmbito de contratos de concessão, de parceria público-privada, de convenção ou de relações contratuais afins no setor da saúde, ou ainda entre prestadores e cuidados de saúde e utentes.
- C. As condições e requisitos para submissão perante a ERS de um pedido de resolução de conflitos são definidos no Regulamento de Resolução de Conflitos da ERS – Regulamento n.º 628/2015, de 17 de setembro, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos da ERS.
- D. Nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 28.º dos Estatutos da ERS e da alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento n.º 628/2015, de 17 de setembro, quando a mediação ou conciliação de conflitos possa interferir



9
f
D

com o exercício dos poderes de supervisão legalmente definidos, a ERS pode recusar a intervenção.

- E. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas em matéria de mediação ou conciliação de conflitos, a ERS pode, nos termos do artigo 29.º dos seus Estatutos, celebrar protocolos com centros de arbitragem institucionalizada existentes, definindo nesse protocolo o eventual apoio logístico e técnico que entenda conveniente a prestar para o efeito.
- F. Com a atividade desenvolvida em matéria de resolução de conflitos, a ERS pretende constituir uma alternativa aos meios tradicionais de resolução de conflitos (os meios judiciais), fomentar uma cultura de diálogo, de escuta ativa e de melhoria contínua das relações interpessoais entre os diversos intervenientes no sector da saúde e contribuir para a diminuição da conflitualidade no setor da saúde em Portugal.
- G. A ERS disponibiliza, nas suas instalações, serviços de mediação ou conciliação, cujo procedimento é conduzido, com independência e imparcialidade, por técnicos superiores de regulação do quadro da ERS, com formação adequada e certificada em mediação de conflitos;
- H. O **CAUAL** é um centro de arbitragem de competência genérica e de âmbito nacional;
- I. Pretende implementar e desenvolver competências no âmbito dos meios alternativos de resolução de conflitos (MARL), aplicados ao sector da saúde;
- J. Pratica a Arbitragem, a Mediação de Conflitos, a Conciliação e a Negociação;
- K. Garante os princípios subjacentes à lei da Arbitragem Voluntária (Lei n.º 63/2011 de 14 de dezembro) e os elencados na lei da Mediação (Lei n.º



[Handwritten signature]

29/2013, de 19 de abril);

- L. Possui os meios físicos e técnicos adequados à prestação de serviços na área dos MARL;
- M. Possui uma lista de Árbitros de elevada competência, na sua maioria doutores, docentes da Universidade Autónoma de Lisboa, entre outros, versados em matérias no âmbito da prestação de serviços de saúde;
- N. Possui uma bolsa de mediadores de conflitos, de reputada competência e com uma longa experiência na prática da mediação de conflitos, conciliação e negociação.

É celebrado o presente Protocolo, que se subordina às cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto e finalidades

1. O presente Protocolo estabelece o enquadramento da cooperação institucional entre o ERS e o CAUAL, no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de MARL e ao desenvolvimento de outras atividades conjuntas que as Partes considerem relevantes.
2. A cooperação compreende as seguintes finalidades:
 - 2.1 Encaminhamento de pedidos de resolução de conflitos submetidos junto da ERS, nos termos previstos na cláusula segunda;
 - 2.2 Apoio logístico e técnico mútuo no âmbito de processos de arbitragem em curso no CAUAL, nos termos previstos na cláusula terceira;
 - 2.3 Realização de ações conjuntas de sensibilização em matérias de MRAL, podendo estas ações ter lugar nas instalações de uma ou da outra outorgante,



9

[Handwritten signature]

ou ainda nas instalações de qualquer outra entidade, sempre que assim entenderem e de acordo com a metodologia a definir casuisticamente;

2.4 Organização de eventos científicos nacionais ou de formação profissional, bem como de cursos de pós-graduação, em matéria de arbitragem e mediação.

Cláusula Segunda

Encaminhamento de pedidos de resolução de conflitos

1. O encaminhamento dos pedidos de resolução de conflitos submetidos junto da ERS ocorre, mediante a aceitação das partes que os submeteram, nas seguintes situações:
 - a) O pedido versar sobre um conflito que colida com os poderes de supervisão da ERS e, por esse motivo, vier a ser recusada a intervenção da ERS, nos termos previsto na d) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento n.º 628/2015, de 17 de setembro;
 - b) Existirem vantagens para as partes que formularam o pedido, designadamente no que diz respeito à localização geográfica;
 - c) No decurso do procedimento de resolução de conflitos da ERS, em caso de impossibilidade superveniente em continuar a assegurar procedimento, nos termos previstos no artigo 27.º do Regulamento n.º 628/2015, de 17 de setembro.
2. O encaminhamento do pedido de resolução de conflitos efetuado junto da ERS, nos termos do artigo 11.º do Regulamento de Resolução de Conflitos da ERS, não implica a submissão de um novo pedido junto do CAUAL.



4
p
3

3. Os pedidos de mediação ou conciliação encaminhados pela ERS para o CAUAL seguem os procedimentos previstos por este centro de arbitragem para os processos de resolução de conflitos e estão sujeitos à respetiva tabela de custas (cfr. Anexo).
4. Findo o processo de resolução de conflitos, o CAUAL comunica à ERS o resultado obtido.

Cláusula Terceira

Apoio logístico e técnico em matéria de arbitragem

O apoio logístico e técnico mútuo no âmbito de processos de arbitragem em curso no CAUAL traduz-se, nomeadamente, nas seguintes ações:

- a) Cedência mútua de instalações, tendo em vista a prossecução de atividades respeitantes aos MARL;
- b) Apoio de natureza técnica pela ERS, a pedido do CAUAL e sempre que a ERS o considere de utilidade, traduzido na compilação de informação sobre as posições regulatórias assumidas e divulgadas pela ERS, quer em estudos, quer em intervenções, no âmbito do exercício dos seus poderes de supervisão.

Cláusula Quarta

Partilha de informação e Confidencialidade

1. A informação partilhada pelas partes no âmbito do presente protocolo destina-se a ser utilizada no exercício da respetiva atividade.
2. Com a celebração do presente protocolo as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em matéria de confidencialidade e a não a divulgar a terceiros, à exceção dos casos em que essa divulgação seja previamente acordada por escrito entre as partes



4
d

3

outorgantes e não contrariem os princípios subjacentes à Lei da Arbitragem Voluntária (Lei 63/2011, de 14 de dezembro) e à Lei da Mediação (Lei 29/2013, de 19 de abril).

Cláusula Quinta

Divulgação

As partes podem divulgar publicamente a celebração e existência do presente protocolo, designadamente através dos respetivos sítios eletrónicos.

Cláusula Sexta

Gratuidade

1. O presente protocolo é gratuito, não lhe correspondendo qualquer contrapartida pecuniária decorrente da sua execução, nem implicando qualquer compromisso financeiro para qualquer uma das partes.
2. As Partes Intervenientes no presente Protocolo ficam integralmente responsáveis por todos os encargos e despesas em que necessitem de incorrer para garantir o cumprimento das obrigações para si emergentes do presente Protocolo e a sua boa execução e operacionalização.

Cláusula sétima

Comunicações entre as partes

As comunicações a que haja lugar entre as Partes Intervenientes serão efetuadas por escrito, por meio de correio registado, fax ou correio eletrónico, para os seguintes endereços:



9
8

7

Entidade Reguladora da Saúde

Morada	Rua São João de Brito, n.º 621 Lote 32 - 4100-455 Porto
E-mail	geral@ers.pt
Telefone	222 092 350
Fax	222 092 351
Interlocutor operacional	Dra. Ana Sofia Silva (Diretora do Departamento Jurídico) Dra. Emília Ferreira (Coordenadora da área de resolução de conflitos da ERS no Departamento Jurídico) Email: ssilva@ers.pt Email: eferreira@ers.pt Telefone: 222092350 / 360

Centro de Arbitragem da Universidade Autónoma de Lisboa

Morada	Rua de Santa Marta, n.º 47, 1.º - 1150-293 Lisboa
E-mail	centrodearbitragem@autonoma.pt
Telefone	213177603
Fax	
Interlocutor operacional	Dr. Carlos Carvalho Cardoso (Diretor Executivo) Email: ccardoso@autonoma.pt Telefone: 213177603 / 00

Cláusula Oitava

Alterações ao Protocolo

As alterações ao presente protocolo revestirão sempre a forma escrita e poderão ser decididas em qualquer momento, por comum acordo, assumindo a forma de substituição



parcial ou integral ou de aditamento ao presente documento.

Cláusula Nona

Vigência e denúncia

1. O presente protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado, podendo ser livremente denunciado pelas partes, desde que o façam por escrito e com uma antecedência mínima de 60 dias relativamente ao respetivo termo inicial ou decorrente de renovação.
2. A denúncia do Protocolo não afeta processos em curso, exceto quando de outro modo seja determinado pelas Partes outorgantes do presente protocolo.

Assinado pelos outorgantes, aos 28 dias do mês de setembro de 2016, em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos mesmos.

Pela ERS – Entidade Reguladora da Saúde

Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva

Presidente do Conselho de Administração da ERS

Pela C.E.U. – Cooperativa de Ensino Universitário, C.R.L.

António Lencastre Bernardo

Presidente do Conselho de Administração da CEU

Reginaldo Rodrigues de Almeida

Administrador da CEU